



BOLETIM OFICIAL

SUMÁRIO

Presidência da República:

Gabinete do Presidente.

Direcção-Geral de Administração.

Assembleia Nacional:

Secretaria-Geral.

Conselho de Ministros:

Resolução nº 28/2007: (II Série)

Dando por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço, de Anete Maria Moreno Mendes, no cargo de Directora-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade.

Resolução nº 29/2007: (II Série)

Nomeia Elsy do Rosário da Graça, para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Directora-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade.

Chefia do Governo:

Direcção-Geral da Administração.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Direcção dos Assuntos Jurídicos e Tratados.

Ministério das Finanças e Administração Pública:

Direcção de Administração.

Ministério da Justiça:

Gabinete do Ministro.

Direcção-Geral da Administração.

Ministério do Ambiente e Agricultura:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Educação e Ensino Superior:

Instituto Pedagógico.

Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade:

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão.

Ministério da Cultura:

Gabinete do Ministro.

Procuradoria-Geral da República:

Conselho Superior do Ministério Público.

Agência Nacional das Comunicações:

Conselho de Administração.

Município da Praia:

Câmara Municipal.

Município de São Domingos:

Câmara Municipal.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Gabinete do Presidente

Despachos de S. Ex^a o Presidente da República:

De 9 de Novembro de 2007:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 23.º da Lei n.º 62/IV/92, de 30 de Dezembro, é exonerado o Tenente Coronel César Augusto Couto Rodrigues, do cargo de Secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional, com efeitos a partir de 15 de Novembro.

Ao abrigo do disposto no n.º 9 do artigo 23.º da Lei n.º 62/IV/92, de 30 de Dezembro, é designado o Tenente Coronel graduado José Mateus Tavares Silva Cabral, para exercer o cargo de Secretário do Conselho Superior de Defesa Nacional, com efeitos a partir de 15 de Novembro.

Gabinete do Presidente da República, na Praia, aos 15 de Novembro de 2007. – O Director do Gabinete, *Emanuel Antero Garcia da Veiga*.

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a o Presidente da República:

De 9 de Novembro de 2007:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 42.º da Lei n.º 13/VII/2007, de 2 de Julho, é exonerado, a seu pedido, o Tenente Coronel César Augusto Couto Rodrigues, do cargo de Chefe da Casa Militar da Presidência da República, com efeitos a partir de 15 de Novembro.

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 42.º da Lei n.º 13/VII/2007, de 2 de Julho, é nomeado o Tenente Coronel graduado José Mateus Tavares Silva Cabral, para exercer em comissão de serviço as funções de Chefe da Casa Militar da Presidência da República, com efeitos a partir de 15 de Novembro.

Isentos do visto do Tribunal de Contas.

Despacho Conjunto de S. Ex^a o Presidente da República e S. Ex^a o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

De 9 de Novembro de 2007:

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 87/92, de 16 de Julho, o Presidente da República e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, determinam o seguinte:

É requisitado o Ministro Plenipotenciário Jorge Maria Custódio dos Santos, quadro do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, para exercer, em comissão de serviço, as funções de Conselheiro Diplomático do Presidente da República, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007.

Isento do visto do Tribunal de Contas.

Transição do pessoal da Presidência da República, nos termos do artigo 46.º, n.º 1, da Lei n.º 13/VII/2007, de 2 de Julho.

Nome	Categoria	Ref.	Esc.
Elizabete Maria do Rosário Almeida	Técnico Superior	13	A
Leida Ariana Varela Semedo	Técnico Superior	13	A
Octávio Lúcio Costa Monteiro	Téc. Prof. 2.º Nível	7	D
Gabriel de Brito Tavares	Of. Administrativo	8	D
Jorge Humberto Silva M. Estrela	Of. Administrativo	8	D
Amílcar N bundé Silva	Técnico-adjunto	11	A
Ernesto de Pina	Oper.S.Qualificado	5	G
Eugénio Tavares Jorge	Oper.N.Q.Auxiliar	1	D
Fernando Carvalho de Melo	Fiel	4	H
Isaías da Veiga	Guarda	1	F
Maria Rosa Páscoa Sousa Fortes	Ajudante S. Gerais	1	G
Maria de Fátima Semedo	Ajudante S.Gerais	1	F
Maria de Lourdes Silva Barros	Telefonista	2	D

Norberto Rodrigues Martins	Oper.N.Q.Auxiliar	1	G
Rosa Dias da Graça	Ajudante S. Gerais	1	D
Tarcísio Santos	Oper.Qualificado	7	H
Albertino Gomes Teodolinda	Guarda	1	C
Alberto Lopes Monteiro	Guarda	1	A
António Elias Correia Ramos	Guarda	1	A
Augusto de Barros Rocha	Guarda	1	A
Carlos Alberto Gomes Tavares	Técnico Auxiliar	5	A
Carlos Alexandre Vaz Semedo	Condutor Auto	2	C
Domingos Maria Monteiro Lima	Ajudante S. Gerais	1	A
Domingo de Pina Montrond	Ajudante S. Gerais	1	A
Eduardo dos Santos Batalha	Ajudante S. Gerais	1	A
Elias da Veiga Ramos	Guarda	1	A
Eunice Neves Monteiro Garcia	Recepcionista	2	A
Filomena Maria da C. Paz	Ajudante S.Gerais	1	A
Francisco Lopes Sanches	Condutor Auto	2	B
Jacinto Lopes Moreno Barros	Condutor Auto	2	E
Joana S. Silva Monteiro	Ajudante S.Gerais	1	A
Josina Helena Lopes de Almeida	A. Administrativo	6	A
José Domingos Leal	Ajudante S. Gerais	1	A
Juvinália Baptista Ramos	Ajudante S. Gerais	1	A
Maria de Lourdes Sousa Levy	Ajudante S. Gerais	1	A
Odete de Jesus Pereira	Ajudante S. Gerais	1	A
Rosa Porfíria Gomes	Ajudante S. Gerais	1	A
Silvino Cabral Brito Silva	Condutor Auto	2	A
Margarida Cândida dos Santos	Fiel	4	E
Mário Augusto Andrade Pasquinha	Condutor Auto	2	E

Direcção-Geral de Administração da Presidência da República, na Praia, aos 26 de Novembro de 2007. – O Director-Geral, *Teodoro Manuel Évora*.

oço

ASSEMBLEIA NACIONAL

Secretaria-Geral

Despacho de S. Ex^a o Presidente da Assembleia Nacional:

De 16 de Novembro de 2007:

É aplicada à Elmira da Luz Fernandes Gonçalves, telefonista, referência 2, escalão D, da Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, em regime de contrato administrativo de provimento, ausente em parte incerta dos Estados Unidos da América, a pena de aposentação compulsiva, ao abrigo da alínea *h*) do n.º 2 do artigo 28.º, conjugado com o n.º 3 do mesmo artigo, a alínea *e*) do n.º 1 do artigo 14.º e o n.º 6 do artigo 17.º, todos da Lei n.º 31/III/87, de 31 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Legislativo n.º 8/97, de 8 de Maio.

Secretaria-Geral da Assembleia Nacional, na Praia, aos 20 de Novembro de 2007. – O Secretário-Geral, *Eutrópio Lima da Cruz*.

oço

CONSELHO DE MINISTRO

Resolução n.º 28/2007

de 28 de Novembro

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2, do artigo 260.º da Constituição da República, o Governo aprova a seguintes Resolução:

Artigo único

É dada por finda, a seu pedido, a comissão ordinária de serviço, no cargo de Directora-Geral do Trabalho do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, Anete Maria Moreno Mendes, com efeitos a partir de 3 de Dezembro de 2007.

Vistos e aprovados em Conselho de Ministros

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

Resolução n.º 29/2007

de 28 de Novembro

No uso da faculdade conferida pelo n.º 2, do artigo 260.º da Constituição da República, o Governo aprova a seguintes Resolução:

Artigo único

Elsy do Rosário da Graça, licenciada em Direito a exercer as funções de Delegada Regional do Trabalho na Ilha do Sal, nomeada para, em comissão ordinária de serviço, desempenhar as funções de Directora-Geral do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Família e Solidariedade, com efeitos a partir de 3 de Dezembro de 2007.

Vistos e aprovados em Conselho de Ministros

José Maria Pereira Neves

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, *José Maria Pereira Neves*

—ofo—

CHEFIA DO GOVERNO

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex.ª a Ministra-Adjunta do Primeiro-Ministro e da Qualificação e Emprego:

De 1 de Outubro de 2007:

É dada por finda a comissão ordinária de serviço, a seu pedido, de Maria Flora Lopes, no cargo de assessora da Ministra-Adjunta do Primeiro-Ministro e da Qualificação e Emprego, com efeitos a partir de 1 de Outubro de 2007.

RECTIFICAÇÃO

Por ter sido publicado de forma inexacta no *Boletim Oficial*, II Série, n.º 36/2007 de 12 de Setembro, o despacho de S. Ex.ª o Primeiro-Ministro, de 20 de Agosto de 2007, referente a finda de comissão ordinária de serviço de José Manuel Gomes Pimenta Lima, a seu pedido, no cargo de Presidente do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica, rectifica-se na parte que interessa:

Onde se lê:

José António Pimenta Lima

Deve-se ler:

José Manuel Gomes Pimenta Lima

Direcção-Geral de Administração da Chefia do Governo, na Praia, aos 22 de Novembro de 2007. — A Directora, *Dulcelina Silva*.

—ofo—

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS
ESTRANGEIROS, COOPERAÇÃO
E COMUNIDADES**

**Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão**

Despacho de S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades:

De 7 de Junho de 2007:

Ana Cristina Borges dos Santos, nomeada, ao abrigo da alínea b) do artigo 14.º da Lei n.º 102/IV/93, de 31 de Dezembro, conjugada com o n.º 1 do artigo 3.º do Decreto-Legislativo n.º 3/95, de 20 de Junho, para exercer, em comissão ordinária de serviço, as funções de secretária do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidade, com efeitos a partir de 18 de Junho de 2007.

O encargo será suportado pela verba 03.01.01.01 do orçamento em vigor.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades, na Praia, aos 19 de Julho de 2007. — O Director-Geral, *João Manuel Almeida*.

Direcção dos Assuntos Jurídicos e Tratados

AVISO

Torna-se público que o Governo da República de Cabo Verde e o Governo da República Federativa do Brasil cumpriram as formalidades constitucionais, exigidas para a entrada em vigor, do Acordo celebrado entre ambos Governos, no domínio dos Transportes Aéreos, de 29 de Julho de 2004, aprovado pela Resolução n.º 155/VI/2005, *Boletim Oficial* n.º 1, I Série de 2 de Janeiro de 2006.

Mais se informa ainda que o Acordo entrará em vigor em 15 de Novembro de 2007, em conformidade com o que dispõe o seu artigo 22.º.

Direcção dos Assuntos Jurídicos e Tratados do Ministério dos Negócios Estrangeiro, Cooperação e Comunidades, na Praia, aos 15 de Novembro de 2007. O Director, *Mário Ferreira Lopes Camões*.

—ofo—

**MINISTÉRIO DAS FINANÇAS
E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

Direcção de Administração

Despacho da S. Ex.ª a Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 13 de Setembro de 2007:

Daniel Mendes Ascensão Silva, técnico verificação tributário, referência 11, escalão A, do quadro do pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, do Ministério das Finanças e Administração Pública, nomeado em comissão de serviço, para exercer o cargo de Chefe de Repartição da Repartição de Finanças da Boa Vista, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 73/95, de 21 de Novembro.

A despesa tem cabimento no código 3.01.01.02, do pessoal do quadro do Orçamento do Ministério das Finanças e Administração Pública. — (Visada aos 15 de Novembro de 2007, pelo Tribunal de Contas).

De 6 de Novembro:

É dado por finda, a seu pedido a comissão de serviço de Pedro Francisco Borja Silva, do quadro de pessoal da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, no cargo de Chefe de Repartição de Finanças de Boa Vista.

Direcção de Administração do Ministério das Finanças e Administração Pública, na Praia, aos 20 de Novembro de 2007. — A Directora, *Carla Soares de Sousa*.

—ofo—

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex.ª o Ministro da Justiça:

De 19 de Novembro de 2007:

É autorizada como pessoa jurídica a Associação Religiosa “MINISTÉRIO DA MONTANHA DO FOGO E MILAGRES” pessoa colectiva religiosa, com sede social na Cidade de Assomada, no Concelho de Santa Catarina, na Ilha de Santiago, a desenvolver a sua actividade em Cabo Verde, ao abrigo do disposto no artigo 1.º do Decreto n.º 216/72, de 27 de Junho.

Gabinete do Ministro da Justiça, na Praia, aos 19 de Novembro de 2007. — O Director de Gabinete, *Mário Ludgero Correia*.

Direcção-Geral da Administração

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Justiça:

De 24 de Setembro de 2007:

Jaime Ferreira Tavares Miranda, Juiz Desembargador, do quadro da Magistratura Judicial, nomeado, por urgente conveniência de serviço, mediante proposta do Conselho Superior da Magistratura Judicial, ao abrigo do disposto no nº 1 do artigo 4º do Decreto-Lei nº 51/83, de 25 de Junho, conjugado com o nº 1, alínea b) do artigo 39º do estatuto dos Magistrados Judiciais, aprovado pela Lei nº 135/IV/95, de 3 de Junho, na nova redacção dada pela Lei nº 64/V/98, de 17 de Agosto e no artigo 8º, nº 1, alínea a) do Decreto-Lei nº 46/89, de 26 de Junho, com efeitos a partir da data em que tomar posse do cargo.

Os encargos correspondentes serão suportados pela verba inscrita na Cl. Ec. 3.01.01.02 – Pessoal do quadro do Conselho Superior da Magistratura Judicial. – Visado pelo Tribunal de Contas em 14 de Novembro de 2007).

De 26 de Outubro:

Eremita Filomena do Rosário Sena Pereira Semedo, escriturária dactilógrafa, referência 2, escalão B, do quadro da Direcção-Geral da Administração, do Ministério da Justiça, concedida licença sem vencimento de longa duração, nos termos do artigo 47º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril, com efeitos a partir de 1 de Novembro de 2007.

Direcção-Geral da Administração do Ministério da Justiça, na Praia, aos 22 de Novembro de 2007. – O Director-Geral, *Horácio Semedo*.

—oço—

MINISTÉRIO DO AMBIENTE
E AGRICULTURA

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a a Ministra do Ambiente e Agricultura:

De 21 de Maio de 2007:

Manuel Barbosa Afonso, técnico adjunto de referência 11, escalão A, quadro definitivo do Ministério do Ambiente e Agricultura, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o seu regresso, nos termos do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril.

De 8 de Agosto:

Manuel José Jesus Rodrigues Martins, técnico profissional de 1º nível, referência 8, escalão D, quadro definitivo do Ministério do Ambiente e Agricultura, na situação de licença sem vencimento de longa duração, autorizado o seu regresso, nos termos do artigo 50º do Decreto-Legislativo nº 3/93, de 5 de Abril.

As despesas têm cabimento na dotação inscrita na rubrica 3.01.01.02 – Pessoal do quadro, no orçamento do Ministério da Agricultura e Ambiente. – (Visados pelo Tribunal de Contas em 15 de Novembro de 2007).

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério do Ambiente e Agricultura, na Praia, aos 22 de Novembro de 2007. – A Directora da Administração, *Iara Anancy Abreu Gonçalves Fernandes*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
E ENSINO SUPERIOR

Instituto Pedagógico

Actualização do Plano de Estudo do Curso Inicial Intensivo para Professores do Ensino Básico, publicado no *Boletim Oficial* nº 31, I Série de 18 de Outubro de 2004, homologado por S. Ex^a a Ministra da Educação e Ensino Superior em 9 de Outubro de 2007.

CURSO INICIAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
DO ENSINO BÁSICO — Plano de Estudos

Áreas disciplinares	Módulos de formação	Semestres e carga horária				
		1º	2º	3º	4º	Total
Ciências da Educação	Introdução às Ciências da Educação	54				54
	Desenvolvimento Curricular	36	36			72
	Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem	54	36			90
	Necessidades Educativas Especiais				36	36
	Gestão da Instituição Educativa				36	36
	Investigação Educativa		36			36
	Tecnologias Educativas			36	36	72
Sub-total da área					396	
Metodologias Específicas	Aprendizagem de Língua Portuguesa	72	72	72	36	252
	Aprendizagem de Ciências Integradas	36	36	36	36	144
	Aprendizagem de Matemática	54	54	54	36	198
	Aprendizagem das Expressões					
	- Expressão Musical	36	36	36		108
	- Expressão Plástica	36	36	36		108
	- Expressão Físico-Motora	36	36	36		108
	- Expressão dramática	36				36
	Projecto Integrado		36	36		72
Sub-total da área					1026	
Línguas	Comunicação e Expressão em Língua Portuguesa	36	36			72
	Língua e Literatura Cabo-verdiana			36		36
Sub-total da área					108	
Desenvolvimento Pessoal e para a Cidadania	Desenvolvimento Pessoal e Social	36				36
	Seminários Temáticos	18	36	54	36	144
Sub-total da área					180	
Prática e Reflexão Educativa	Prática Pedagógica	72	108	144	216	540
	Projecto de Intervenção Educativa			36	36	72
Sub-total da área		612	594	612	504	2322

A Presidente do Instituto Pedagógico, *Teresa Carvalho Silva Borges*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA,
CRESCIMENTO E COMPETITIVIDADE

Direcção-Geral do Planeamento,
Orçamento e Gestão

Despacho de S. Ex^a o Ministro da Economia Crescimento e Competitividade:

De 25 de Abril de 2007:

Luís António Tavares Araújo, condutor auto ligeiro, nomeado em comissão ordinária de serviço, de conformidade com os n.ºs 1 e 3 do artigo 3 e n.º 1 do artigo 4º do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, para exercer as funções de condutor auto ligeiro de Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia, Crescimento e Competitividade, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2007.

A despesa tem cabimento na rubrica 3.01.01.01 – Pessoal do Quadro Especial do orçamento do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Economia Crescimento e Competitividade.

Despacho conjunto de S. Ex^a o Ministro da Economia Crescimento e Competitividade e a Ministra das Finanças e Administração Pública:

De 5 de Outubro de 2007:

Dado que o Turismo é considerado sector estratégico para o desenvolvimento de Cabo Verde, impõe-se melhorar as condições infraestruturais básicas, hoteleiras e conexas para que o país possa aumentar significativamente a sua capacidade receptiva de visitantes.

Assim:

1- Tendo a sociedade “SOUVENIR D’EUROPE, LDA”, requerido o Estatuto de Utilidade Turística de instalação a favor do empreendimento “RESIDENCIAL SOUVENIR D’ EUROPE”, localizado localidade de Rabil, Ilha da Boa Vista.

2- Tratando-se de um investimento orçado em 50.000.000\$00 (cinquenta milhões de escudos cabo-verdianos), e que vai criar pelo menos 7 (sete) postos de trabalho directo e permanentes e que, por isso, irá contribuir para o aumento do Produto Nacional Bruto, para a melhoria da Balança de Transações Correntes, para a redução do desemprego e para o aumento do rendimento disponível das famílias;

3- Sendo uma actividade que visa aumentar e diversificar número de quartos na ilha da Boa Vista, contribuindo para a melhoria da imagem do país como destino turístico;

Decidimos:

Atribuir, o Estatuto de Utilidade Turística de Instalação ao empreendimento, “RESIDENCIAL SOUVENIR D’EUROPE” nos termos do nº 3 do artigo 2º, da Lei nº 55/VI/2005, de 10 de Janeiro.

Direcção-Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão do Ministério da Economia, Crescimento e Competitividade, na Praia, ao 22 de Outubro de 2007. – A Directora Administrativa, *Bárbara Lima*.

oso
MINISTÉRIO DA CULTURA

Gabinete do Ministro

Despacho de S. Ex^a Ministro da Cultura:

De 9 de Fevereiro de 2007:

Mário do Rosário Ramos de Pina, nomeado para, em comissão ordinária de serviço, exercer as funções de Condutor do Ministro da Cultura, nos termos previstos nos artigos 3º, nº 1 e 3, do Decreto-Legislativo nº 3/95, de 20 de Junho, conjugado com o artigo 14º., alínea b), da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro, com efeitos a partir de 9 de Março de 2006.

Os encargos correspondentes serão suportados pela dotação inscrita no código económico 3.01.01.01-Pessoal do Quadro Especial, do orçamento em execução do Gabinete do Ministro da Cultura.

Gabinete do Ministro da Cultura, na Praia, aos 28 de Junho de 2007. – O Assessor, *Alberto Silva Ramos*.

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Conselho Superior do Ministério Público

DELIBERAÇÃO Nº 7

De 19 de Novembro de 2007

Ao abrigo das disposições combinadas dos n.ºs 3 e 5 do artigo 223º da Constituição da República e 67º n.ºs 1 e 3, da Lei nº 136/IV/95, de 3 de Julho, na nova Redacção dada pela Lei nº 65/V/98, de 17 de Agosto é transferida Dr.^a Carla Vieira Souto Gonçalves, Procuradora da República de 3.ª Classe, esc. A, ind. 140, da Procuradoria da República da Comarca de 2.ª Classe da Brava para a Procuradoria da República da Comarca de 2ª Classe de São Filipe, com efeitos a partir de 3 de Dezembro de 2007.

Praia, 19 de Novembro 2007.

O Presidente, (as.) *Franklin Afonso Furtado*

Está conforme

Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos 19 de Novembro 2007. – O Secretário Judicial, *José Luís Varela Marques*.

DELIBERAÇÃO Nº 8

De 19 de Novembro de 2007

É colocado na Procuradoria da República da Comarca de São Vicente, o Delegado do Procurador da República Sr. João Alberto Barros Tavares, com efeitos a partir do dia 16 de Novembro.

O Presidente, (as.) *Franklin Afonso Furtado*

Está conforme

Conselho Superior do Ministério Público, na Praia, aos 19 de Novembro 2007. – O Secretário Judicial, *José Luís Varela Marques*.

oso
AGÊNCIA NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES

Conselho de Administração

DELIBERAÇÃO Nº 02/2007

de 10 de Outubro

Ao abrigo do disposto na alínea a) do artigo 17º dos Estatutos da Agência Nacional das Comunicações (ANAC), aprovados pelo Decreto-Lei nº 31/2006, de 19 de Junho, e na alínea a) do artigo 7º e na alínea b) do n.º1 do artigo 13º do Decreto-Lei nº 4/2007, de 19 de Fevereiro, o Conselho de Administração da ANAC, reunido na sua sessão ordinária do dia 10 de Outubro de 2007, delibera o seguinte:

Artigo 1º

Capital social mínimo

1. O capital mínimo das sociedades comerciais regularmente constituídas cujo objecto social inclui o exercício da actividade de prestação de serviços postais não reservados é estabelecido em 3.000.000\$00 e 500.000\$00, respectivamente, conforme os referidos serviços estão ou não abrangidos no âmbito de serviço universal.

2. O disposto no número anterior aplica-se às filiais estabelecidas em Cabo Verde de sociedades estrangeiras.

3. Na data do pedido de autorização para o início de actividade, o capital social deve estar inteiramente subscrito e realizado em montante não inferior ao mínimo referido no n.º 1.

Artigo 2º

Entrada em vigor

A presente Deliberação entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na II Série do *Boletim Oficial*.

Agência Nacional das Comunicações, na Praia, aos 23 de Outubro de 2007. – O Conselho de Administração, *David Gomes - Carlos Silva - Valdmiro Segredo*.

MUNICIPIO DA PRAIA

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

De 20 de Março de 2007

Jairson Fernandes Silva Monteiro, contratado para exercer o cargo de técnico superior, referência 13 escalão A, nos termos do artigo 24º da Lei nº 102/IV/93, de 31 de Dezembro.

A despesa tem cabimento na dotação inscrita capítulo 06, artigo 01, grupo 02 do orçamento vigente.

Câmara Municipal da Praia, aos 8 de Novembro de 2007. – O Secretário Municipal, *Euclides Tavares Centeio Barbosa*.

—oço—

MUNICIPIO DE SÃO DOMINGOS

Câmara Municipal

DELIBERAÇÃO

Nos termos do artigo 46º, nº 2, alínea a) da Lei nº 79/VI/2005 de 5 de Setembro, se publica que foi aprovada pela Câmara Municipal de São Domingos, na Sessão Ordinária de 9/11/2007, a seguinte transferência de verba no Orçamento Municipal de São Domingos no valor de 9.870.120.00 (nove milhões, oitocentos e setenta mil, cento e vinte escudos).

Capº	Artº	Nº		Designação das despesas	Reforço	Anulação
				Administração, Finanças e Património Municipais		
01	03	01	02	Encargos Gerais da Administração	500.000.00	
03	02	03	91	Outros Bens não Duradouros	500.000.00	
03	01	03	03	Contribuição para Segurança Social		1.800.000.00
04	01	00	00	Maquinaria e Equipamento	800.000.00	
				Ordenamento Território U. Obras Município		
03	03	03	00	Combustíveis e lubrificantes	3.000.000.00	
04	01	04	01	Continuação dos trabalhos de melhoria de vias e ruas	4.470.120.00	
04	01	04	06	Comparticipação da C.M na ligação de energia eléctrica		2.700.000.00
04	01	04	08	Ligação da rede de água a zonas não contemplada		1.300.000.00
				Educação, Juventude, Cultura e Desporto		
02	05	00	01	Apoio a Cultura e Desporto	600.000.00	
				Despesas comuns		
03	07	08	04	Dotação Provisional		4.070.120.00
				Soma Total	9.870.120.00	9.870.120.00

Câmara Municipal da São Domingos, aos 29 de Outubro de 2007. – O Secretário Municipal, *Alfredo Frederico Gonçalves*.



BOLETIM OFICIAL

Registo legal, nº 2/2001, de 21 de Dezembro de 2001



Av. Amílcar Cabral/Calçada Diogo Gomes, cidade da Praia, República Cabo Verde.
C.P. 113 • Tel. (238) 612145, 4150 • Fax 61 42 09

Email: incv@gov1.gov.cvSite: www.incv.gov.cv**AVISO**

Por ordem superior e para constar, comunica-se que não serão aceites quaisquer originais destinados ao Boletim Oficial desde que não tragam aposta a competente ordem de publicação, assinada e autenticada com selo branco.

Sendo possível, a Administração da Imprensa Nacional agradece o envio dos originais sob a forma de suporte electrónico (Disquete, CD, Zip, ou email).

Os prazos de reclamação de faltas do Boletim Oficial para o Concelho da Praia, demais concelhos e estrangeiro são, respectivamente, 10, 30 e 60 dias contados da sua publicação.

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional.

A inserção nos Boletins Oficiais depende da ordem de publicação neles aposta, competentemente assinada e autenticada com o selo branco, ou, na falta deste, com o carimbo a óleo dos serviços donde provenham.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância precisa para garantir o seu custo.

ASSINATURAS

Para o país:

	Ano	Semestre
I Série	8.386\$00	6.205\$00
II Série.....	5.770\$00	3.627\$00
III Série	4.731\$00	3.154\$00

Para países estrangeiros:

	Ano	Semestre
I Série	11.237\$00	8.721\$00
II Série.....	7.913\$00	6.265\$00
III Série	6.309\$00	4.731\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO por cada página 15\$00

PREÇO DOS AVISOS E ANÚNCIOS

1 Página	8.386\$00
1/2 Página	4.193\$00
1/4 Página	1.677\$00

Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

PREÇO DESTA NÚMERO — 90\$00